Nem Judeu, nem Grego

A inculturação do Evangelho a partir de Rm 9–11

INTRODUÇÃO

Já não causa mal-estar generalizado a leitura da Bíblia em chave histórico-crítica e teológico-política. Já é consenso adquirido que todo e qualquer texto é, em termos de comunicação, um produto social que nasce de um contexto socioeconômico determinado e expressa e veicula opções, conflitos e utopias. A hermenêutica bíblica latino-americana se encarregou de exercitar e aprofundar esta intuição fundamental e se propôs a desentranhar, de cada perícope bíblica, os seus condicionamentos e possibilidades socioeconômicas.

Entretanto, a preocupação pela transformação histórica e pela ação no contexto da sociedade é sucedida, no "pré-texto" em cujo horizonte vivemos e fazemos a leitura, pela preocupação com a cultura e com a inculturação da fé. Trata-se agora da convicção de que o ser humano é mais que produtor de bens e que classe social: o ser humano tem muitas dimensões e se estrutura e autocompreende, em seu ser e em sua práxis, no horizonte de uma determinada cultura. Assim, o texto bíblico, que é capaz de suscitar, iluminar e criticar determinados projetos econômicos e políticos, só pode ser transmitido e recebido no interior de uma estrutura de sinais e sentidos que é específica a cada povo ou grupo social: a cultura.

É na esteira desta tomada de consciência da dimensão cultural da existência e da práxis humanas que se situam vários acontecimentos que marcaram as Igrejas e os povos latino-americanos e caribenhos no ano de 1992: o VIII Encontro Intereclesial de CEBs, em Santa Maria; o III Encontro da Campanha Continental de Resistência Indígena, Negra e Popular, em Manágua; o I Encontro da Assembléia do Povo de Deus, em Quito; a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Santo Domingo. O tema da cultura e da inculturação foi um eixo que perpassou todos estes eventos e, de acordo com Dom

Pedro Casaldáliga, "a Inculturação é uma *aquisição* de Santo Domingo, enquanto *proposta de pastoral inquestionável*"[1].

É também neste horizonte de preocupação que se situa este número de Estudos Bíblicos. Por isso, será a perspectiva de inculturação que nos orientará na releitura do texto de Rm 9–11. Partimos da hipótese de que as categorias "Israel" e "gentios", presentes no texto, designam não apenas realidades sócio-religiosas mas também totalidades socioculturais: o judaísmo e o paganismo como sistemas de significado. Por isso, entendemos que a questão básica enfrentada pelo texto é: pode o Evangelho de Jesus Cristo penetrar e transformar qualquer cultura ou deverá permanecer sempre prisioneiro do judaísmo?

1. A COMPREENSÃO DE "CULTURA"

É importante que esclareçamos logo de início o que entendemos sob a categoria "cultura". Não restringimos aqui o seu significado às grandes realizações do espírito humano que se expressam nas artes, na literatura ou na religião. Também não a entendemos como ideologia ou superestrutura. Tampouco reduzimos cultura a um departamento da realidade social, ao progresso material ou tecnológico da humanidade. Nem a compreendemos como sinônimo de valores humanos universais.

Positivamente, entendemos "cultura" como o fator de diferenciação e especificidade que perfaz a identidade de cada grupo social ou de cada povo[2]. "Cultura" diz respeito ao *sentido* e ao *valor* que os diversos grupos humanos atribuem às suas relações, ações ou coisas[3]. Ou, em termos mais acadêmicos: cultura é o "'a priori' de sentido que abre o espaço para a ação histórica da pessoa humana através da qual a liberdade finita encontra a efetivação do seu ser"[4]. A cultura pertence ao mundo da comunicação e da linguagem humana, e por isso é condição de possibilidade das ações e interações humanas. Ela é o "suporte simbólico" para a identidade social e para a comunicação dos grupos e povos.

Seguindo esta perspectiva, quando Paulo, na Carta aos Romanos, se refere a "Israel", tem presente em seu pensamento esta totalidade histórico-cultural chamada "judaísmo". Do mesmo modo, quando Paulo fala em "gentios", quer designar esse grupo humano que tem sua identidade garantida e explicitada pelo suporte simbólico do mundo pagão.

2. O EVANGELHO DA SALVAÇÃO É LIVRE

A carta de Paulo aos romanos é um texto que tem como interlocutora uma comunidade eclesial concreta (embora tenha um sentido também universal):

1. Pedro CASALDÁLIGA. Pelo caminho de Emaús neste crepúsculo neoliberal. Em: *REB* 53/210 (1993), p. 397-408, aqui: p. 399.

2. Paulo SUESS. Evangelização a partir das culturas. Em: *Vida, clamor e esperança: reflexões para os 500 anos a partir da América Latina*. São Paulo, Loyola, 1992, p. 205-220, aqui: p. 208.

3. *Culturas oprimidas e evangelização na América Latina* (Texto-base do 8º Encontro Intereclesial de Ceba), Santa Maria, Palotti, 1991, p. 11.

4. Manfredo de OLIVEIRA. Cultura: uma abordagem hermenêutico-prática. Em: *Santo Domingo: ensaios teológico-pastorais*. Petrópolis, Vozes, 1993, p. 145-165, aqui: p. 152.

é uma comunidade dinâmica e com fama internacional, situada na capital do florescente Império Romano (cf. 1,8; 16,9). Esta comunidade era constituída por cristãos provindos tanto do judaísmo como do paganismo. Ambos os grupos eram marcados profundamente pela cultura de origem e enfrentavam dificuldades de entrosamento. Trata-se, portanto, de uma comunidade bastante heterogênea, onde podemos encontrar pessoas de origem judaica, latina, grega, escravos libertos. Chama a atenção também o número elevado de mulheres que, inclusive, desempenhavam funções importantes[5].

Os capítulos 9–11, o texto em questão, perfazem, segundo a maioria dos exegetas, "o coração da carta". Nestes capítulos o evangelizador dos gentios enfrenta uma questão teológico-pastoral fundamental: qual é o lugar que Israel ocupa no projeto salvífico de Deus? É no horizonte histórico-salvífico que Paulo situa a questão da relação entre evangelho e cultura.

Em termos literários observamos que este "coração" da carta aos romanos se apresenta como um "bloco literário homogêneo e compacto"[6] caracterizado pela abundância de citações do Antigo Testamento e pelo uso da "diatribe grega": a colocação de um interlocutor fictício e o recurso ao esquema de perguntas/objeções e respostas/soluções.

Anunciando o Evangelho da Salvação de Jesus Cristo aos grupos de cristãos de origem gentílica, Paulo se vê na necessidade de explicar como aconteceu que o povo judeu, tendo sido eleito por Deus, rejeitou a salvação oferecida em Jesus Cristo. Era impossível fugir à pergunta: se Deus não cumpriu sua promessa feita a Israel, cumpriria sua promessa em relação aos pagãos? Paulo responde mostrando que não é verdade que Deus abandonou Israel: foram os judeus que abandonaram a fé e se afirmaram em suas tradições legais e culturais. Um resto permaneceu fiel, e Paulo é uma testemunha viva disso.

Na verdade, por trás desta questão teológico-pastoral existe uma outra questão ainda mais fundamental: a inculturação da fé. Paulo se propõe a explicar aos cristãos originários do judaísmo e da gentilidade que o Evangelho de Jesus Cristo não pode ser prisioneiro de nenhuma cultura, embora deva ser necessariamente veiculado numa linguagem cultural determinada. A salvação anunciada pelo Evangelho não é posse dos judeus nem privilégio dos gentios: é obra da livre e misericordiosa deliberação de Deus e não depende das obras ou vínculos culturais.

3. O PONTO DE PARTIDA: TODOS PECARAM!

Paulo está profundamente convencido de que "Deus não faz distinção de pessoas" (Rm 2,11). Deus não prioriza ou privilegia uma totalidade cultural ou uma pessoa em detrimento de outras. Como Pedro havia reconhecido e anunciado em Cesaréia, diante do testemunho de fé do pagão Cornélio: "Deus não faz diferença entre as pessoas. Pelo contrário, ele aceita quem o teme e pratica a

5. Cf. Pierre DORNIER & Maurice CARREZ. A Epístola aos Romanos. Em: M. CARREZ et alii. *As Cartas de Paulo, Tiago, Pedro e Judas*. S. Paulo, Paulinas, 1987, p. 141-182.

6. Cf. Giuseppe BARBAGLIO. *As Cartas de Paulo* (II). São Paulo; Loyola, 1993, p. 117-291 (Bíblica Loyola, vol. 5). Para os diversos sentidos de "Israel" na Carta aos Romanos: Sandro CARBONE. Israele nella lettera ai Romani. Em: *Rivista Biblica*, t. XLI (1993), p. 139-169.

justiça, seja qual for a nação a que pertença" (At 10,34-35). "Qualquer nação" aqui também equivale a "qualquer cultura".

Porém, esta convicção de fé que Paulo compartilha com Pedro tem um pressuposto interessante: a constatação de que todos os sistemas ou totalidades culturais estão sob o domínio do pecado e da ambigüidade. "Todos estão debaixo do império do pecado, tanto os judeus como os gregos" (Rm 3,9). Há uma igualdade histórica no pecado. Paulo sabe muito bem que todos os sistemas culturais, embora sempre pretendam gerar e favorecer a Vida (uma "cultura da morte" seria contraditória em si mesma), experimentam a distorção e a ambigüidade comum a tudo aquilo que é humano e histórico: não fazem aquilo que querem e anunciam, mas aquilo que não desejam; querem fazer o bem e acabam produzindo o mal. Esta é a "condição humana", ou seja, a característica daquilo que é humano e histórico (cf. Rm 7,14-25).

Da constatação teológica de que todos os homens e obras humanas estão sob o dinamismo do pecado, Paulo chega à sua afirmação positiva: não são as leis ou os sistemas culturais que salvam, mas a misericórdia e a graça de Deus. Tudo o que é bom, tudo o que é Vida no homem ou na sociedade, vem de Deus. E o caminho que dá acesso a essa benevolência salvífica não são as prescrições e ações exigidas pelas culturas, pois elas são totalidades que se apresentam como um grande "eu coletivo" preocupado apenas com a própria sobrevivência e continuidade. Somente a fé, que é abertura ativa ao dinamismo de Deus em seu Espírito, é capaz de realizar historicamente a salvação.

Para Paulo, a fé é *adesão interior* e *confissão pública* da messianidade de Jesus de Nazaré (10,9). Esta adesão e confissão pública implica no reconhecimento existencial de que Jesus de Nazaré, o filho de José e de Maria, em sua solidariedade humana e sua morte na cruz, "partilha do nome, natureza, santidade, autoridade, poder, majestade e eternidade do único e só Deus verdadeiro"[7]. Implica também na atitude, que se traduz em práxis histórica, de ser sua propriedade e seu aprendiz, seguindo seu caminho e recriando suas ações. Numa palavra: a fé em Jesus Cristo se mostra no seguimento do seu caminho, na vivência segundo seu Espírito. A confissão pública da fé é o testemunho de que em suas ações age o Espírito de Jesus.

É nesta compreensão que adquirem mais força e sentido as palavras de Paulo: "Não há distinção entre judeu e grego, pois ele é o Senhor de todos, rico para todos aqueles que o invocam" (Rm 10,12). A promessa de Deus é para todas as pessoas e culturas. A solidariedade de todos no pecado abre também a todos a possibilidade de participar da salvação gratuitamente oferecida por Deus. Paulo insiste muito nesta universalidade (cf. 10,11-12). Trata-se de uma universalidade que supera a exclusão. "Deus rejeita a exclusão e elege por misericórdia exatamente porque escolhe os excluídos, os indefesos, os pobres, os ignorantes, para evitar toda exclusão"[8]. E isso com relação ao judaísmo, ao paganismo ou qualquer outra cultura.

7. C.E.B. CRANFIELD. *Carta aos Romanos*. São Paulo, Paulinas, 1992, p. 264. [Col. Grande Comentário Bíblico].

8. Elza TAMEZ. A eleição como garantia de inclusão. Em: *RIBLA* 12 (1992/2), Petrópolis, Vozes, p. 117-128, aqui: p. 126.

4. UM RESTO EM FUNÇÃO DE TODOS

Com o que afirmamos acima estamos entrando num tema extremamente importante. Se é verdade que o projeto salvífico de Deus é universal e inclusivo, não é menos verdade que nem todas as pessoas e totalidades culturais participam efetiva e historicamente desta salvação. Retomando um tema muito caro aos profetas, Paulo diz que somente um "resto autêntico" de cada povo ou cultura realiza e participa da salvação na história (cf. Rm 9,25-29; 11,1-10).

A categoria "resto" exprime, primariamente, aquilo que sobra e que não conta; aquilo que não tem valor e é excluído. Mas como é um "resto fiel", significa também aquelas pessoas e grupos que se mantêm, em cada cultura, abertas à criadora e escandalosa vontade de Deus e que fazem desta vontade seu caminho e seu absoluto. Dentro de cada cultura, sempre marcada pelo pecado e pela tendência ao fechamento e à exclusão, Deus escolhe os excluídos para que dêem testemunho da misericórdia e da justiça de Deus. E é esse testemunho que levará a salvação adiante, na medida em que interpela as totalidades à abertura, à comunhão e à flexibilidade.

Entretanto, este privilégio do "resto fiel" se mantém apenas enquanto ele mesmo permanecer fiel (= tiver fé) ao projeto de Deus, que é amar e salvar o que estava perdido ou sofre ameaças em sua sobrevivência (cf. Lc 15,1-32). A salvação é sempre promessa, e nunca posse definitiva. Por isso, implica em busca permanente, em abertura e peregrinação, como bem o demonstram as figuras de Abraão, Moisés, Gedeão, Jefté, Sansão, Jesus de Nazaré e a "nuvem de testemunhas" (Hb 11,1–12,3). A eleição gratuita e misericordiosa do "resto", do "não-povo", por parte de Deus se mantém na medida em que encontra uma resposta de fé e de abertura que seja capaz de romper com a busca de apoio nas leis e sistemas culturais que oferecem segurança em troca de exclusão.

5. "A RAIZ SUSTENTA A ÁRVORE"

Como uma ilustração dos caminhos trilhados pela salvação de Deus e como advertência contra toda forma de orgulho e presunção que exclui e menospreza, Paulo apresenta aos seus leitores a "alegoria da oliveira" (Rm 11,16-24). Nela, exemplifica a liberdade e a universalidade da salvação e adverte os pagãos em relação a uma certa presunção e menosprezo em relação aos cristãos de origem judaica. Com isso expõe também a relação entre evangelho e cultura.

Paulo compara o judaísmo com uma oliveira santa e domesticada que teve alguns dos seus ramos cortados e recebeu ramos de oliveira silvestre como enxerto. Trata-se do "corte" dos judeus que não reconheceram Jesus como o rosto e a ação de Javé e que, por isso mesmo, tiveram que ceder seu lugar no plano da salvação aos cristãos de origem pagã que aceitaram caminhar na fé em Jesus de Nazaré.

É uma nova ilustração da tese de que não é a pertença "natural" a uma determinada cultura que garante a comunhão com Deus e a participação no seu Reino de Salvação. Da "oliveira do judaísmo" somente alguns ramos participam da salvação. A oliveira não garante a salvação. Tanto os judeus (ramos naturais) como os gentios (ramos enxertados) alcançam a salvação pela "bondade de Deus"

e a perdem quando lhes falta a abertura da fé e deles se apossa o orgulho que fecha, exclui e separa. A condição para participar do Reino de Deus é a fidelidade a essa bondade livre e misericordiosa de Deus (cf. 11,22). Ou seja: para estar "de bem com Deus" e participar do seu reino é preciso ser misericordioso como o Pai, priorizando a vida dos pobres e marginalizados a fim de não excluir ninguém (cf. 9,6-13; Mt 5,48; 9,12).

Neste contexto, Paulo deixa claro que o papel das culturas, em relação ao Evangelho, é o de ser "condutoras da seiva" da fé que vem das raízes (dos pais na fé e de Jesus Cristo) e alimenta os galhos (os fiéis das diversas comunidades). Paulo afirma também que toda evangelização ou transmissão da fé é mediatizada pela cultura. No caso da alegoria, os pagãos recebem a fé mediante a cultura judaica. Eles vivem uma fé "enxertada". O que é preciso fazer é discernir o que é adesão de fé a Jesus Cristo e o que é preceito cultural que afasta de Jesus e de seu caminho. Por isso, também os cristãos provindos do paganismo precisam abandonar a pretensão de serem a mediação absoluta e universal do Evangelho de Deus (cf. 11,22-24). O "povo eleito de Deus", sinal histórico da salvação, é anterior às culturas, mais fundamental e universal. A ele pertencem os homens e mulheres que, libertados da indiferença e da soberba, recriam a práxis de Jesus e vivem no seu Espírito, como filhos adotivos e herdeiros, e não como escravos dominados pelo temor (cf. Rm 8,14-17).

Eis aqui a profundidade, a riqueza e a sabedoria de Deus que fez Paulo se prostrar com reverência e gratidão (cf. 11,33). Nenhum povo ou cultura, nenhuma pessoa ou instituição pertence por condição natural ao Reino de Deus e se torna sua mediação garantida. Em todos os povos e culturas o evangelho será sempre convite e interpelação à abertura e à participação no povo de Deus, que é "um povo em muitos povos". Este povo de Deus é sinal e instrumento da salvação porque é constituído por um "resto": ele reúne o que é excluído, o que vem de baixo e de fora, o que não conta para os sistemas e totalidades. Os critérios pelos quais Deus avalia os homens e mulheres não são institucionais, culturais ou religiosos: são a fidelidade ao seu amor, a perseverança na solidariedade e a prática da justiça (cf. Mt 25,31-46; At 10,35).

CONCLUSÃO: INCULTURAÇÃO E SOLIDARIEDADE

Lembramos acima que a "inculturação da fé" foi um tema alçado em proposta inquestionável por Santo Domingo. Os bispos nos dizem que é necessário "inculturar o evangelho" processualmente e com respeito a cada cultura, de modo que tais culturas descubram o caráter cristão de seus valores autênticos, mantenham e incorporem os valores e práticas evangélicos ainda ausentes (DSD, 230).

Mas é correta também a observação de que "Jesus Cristo é a medida de todo o humano e, portanto, também da cultura" (DSD, 228c). Não é o sistema cultural que oferece a medida e o critério para julgar o evangelho, mas é o evangelho que discerne e julga as culturas. Aqui, o evangelho equivale à proclamação e defesa da vida, independentemente da sua formulação lingüística ou dogmática. E isso não quer dizer que não existe entre "evangelho" e "cultura" um círculo hermenêutico: nossa acolhida e transmissão da boa notícia de Deus é

sempre mediada culturalmente, pois todas as ações e relações humanas são culturais.

Os capítulos 9–11 da carta de Paulo aos Romanos nos deixam uma proclamação e uma advertência. O anúncio: o evangelho da Salvação se dirige a todas as culturas e povos e neles se faz carne, sem distinções ou preferências, convidando todas as pessoas ao seguimento da práxis de Deus em Jesus Cristo. A advertência: nenhuma cultura pode pretender ser a mediação absoluta da pessoa humana e do projeto de Deus, pois isso significa aprisionar o Espírito e excluir todos aqueles que não se enquadram nos seus esquemas e leis. Jesus abriu as portas da salvação exatamente àqueles que dela estavam excluídos por causa da cultura judaica centrada na lei e na exclusão. Este é o caminho a ser seguido pela evangelização em todas as culturas.

É a misericórdia de Deus, revelada na eleição de um "resto fiel" – os últimos – e mediante o testemunho e fidelidade deles que mediatiza a salvação universal. A inculturação da fé é uma necessidade do próprio dinamismo da salvação, operada pela vida, morte e ressurreição de Jesus, permanentemente ativa em nós e no mundo pela ação contínua do Espírito Santo. Não há diferença entre judeu e grego, oriental ou ocidental. Mas o Deus do Reino e o Reino de Deus nunca serão prisioneiros de qualquer cultura na qual se expressam: "todos pecaram!" Um resto fiel, sinal e instrumento da justiça de Deus, manifesta e leva adiante a salvação de Deus: "Serão chamados filhos do Deus vivo!"

Paulo Suess resume e diz de modo brilhante o que Paulo Apóstolo viveu e anunciou no texto que é nosso objeto de estudo. "A inculturação, como solidariedade sócio-cultural, não pode ser confundida com a identificação do evangelizador e do evangelho com o *outro* e sua cultura. Ao não se identificar com nenhuma cultura e inculturar-se em todas, o evangelho e os evangelizadores respeitam a alteridade e preservam a identidade da mensagem e das culturas. A inculturação visa uma proximidade respeitosa em face da alteridade, crítica em face do pecado e solidária no sofrimento"[9].

Itacir Brassiani
Caixa Postal 185
98800-970 Santo Ângelo, RS

9. Paulo SUESS, *op. cit.*, p. 211-212.